

IDOLATRIA DO DINHEIRO
E DIREITOS HUMANOS

Coleção **NOVOS CAMINHOS DA TEOLOGIA**

Coordenação: **Jung Mo Sung**

- *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*, Jung Mo Sung; Hugo Assmann
- *Fé e viagens no mundo globalizado*, Joerg Rieger
- *Futuro da fé (O)*, Harvey Cox
- *Globalização, gênero e construção da paz*, Kwok Pui-Lan
- *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo*, Jung Mo Sung
- *Maldição que pesa sobre a lei (A): as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*, Franz Hinkelammert
- *Mercado versus direitos humanos*, Franz Hinkelammert
- *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*, Enrique Dussel
- *Teologia do processo: uma introdução básica*, C. Robert Mesle
- *Um Jesus popular: para uma cristologia narrativa*, Néstor Míguez

JUNG MO SUNG

**IDOLATRIA DO DINHEIRO
E DIREITOS HUMANOS:
UMA CRÍTICA TEOLÓGICA
DO NOVO MITO DO CAPITALISMO**



Direção editorial: *Claudiano Avelino dos Santos*
Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*
Capa: *Elisa Zuigeber*
Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sung, Jung Mo

Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo / Jung Mo Sung.
São Paulo: Paulus, 2018. -- Coleção Novos caminhos da teologia.

ISBN 978-85-349-4839-5

1. Capitalismo - Aspectos religiosos 2. Direitos humanos
3. Economia - Aspectos religiosos 4. Neoliberalismo 5. Teologia e economia 6. Teologia da libertação I. Título. II. Série.

18-20769

CDD-261.85

Índice para catálogo sistemático:

1. Teologia e economia 261.85

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



Seja um leitor preferencial **PAULUS**.
Cadastre-se e receba informações
sobre nossos lançamentos e nossas promoções:
paulus.com.br/cadastro
Televidas: **(11) 3789-4000 / 0800 16 40 11**

1ª edição, 2018

© PAULUS – 2018

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-4839-5

INTRODUÇÃO

Em 2014, fui à Coreia do Sul para uma série de palestras por conta do lançamento do meu livro *Desejo, mercado e religião*, escrito em coreano. Minha expectativa não era muito grande, porque o tema da teologia e da economia não é comum lá, muito menos na perspectiva da Teologia da Libertação, que é pouco conhecida e vista com suspeição por setores importantes das Igrejas cristãs. Para minha surpresa, todos os eventos de que participei contaram com boa presença de um público bastante interessado.

Contudo, o que mais me surpreendeu foi o fato de três jornais de grande circulação da Coreia do Sul me pedirem entrevistas sobre o tema do livro. Eu esperava dar entrevistas para jornais ligados a Igrejas cristãs, mas não para esses. Para que o leitor tenha uma ideia melhor desse fato inusitado, é bom lembrar que a Coreia do Sul não é um país cristão. Cerca de metade da população não crê em Deus ou não professa nenhuma religião, e os cristãos constituem algo em torno de 27% da população, com clara divisão entre os protestantes (19%) e católicos (8%), sendo o budismo a segunda maior religião do país.

Aos poucos, fui entendendo a razão do interesse desses jornalistas: a visita do Papa Francisco

à Coreia do Sul, dois meses antes da minha chegada. De longe, contando somente com os meios de comunicação que cobriram a visita dele, não é possível entender o impacto da presença, dos gestos e discursos do Papa nesse país. Quando figuras importantes do mundo político ou religioso visitam um país, é claro que sempre há impacto e cobertura da mídia, mas geralmente esse impacto é superficial e logo é esquecido. Há, entretanto, outros impactos que perduram por muito tempo, mesmo que a viagem não seja mais comentada nas mídias ou redes sociais. São impactos duradouros porque fazem diferença nas partes mais profundas do ser humano. E penso que a visita do Papa Francisco à Coreia do Sul foi um desses.

Na Coreia do Sul, como em outros lugares, o Papa falou de muitos assuntos, mas o que chamou muita atenção foram dois pontos: sua insistência de que a Igreja deve ser uma Igreja pobre para os pobres, e o que pode ser sintetizado como a crítica à idolatria do dinheiro que estamos vendo com a globalização econômica de corte neoliberal. E os jornalistas concentraram suas perguntas exatamente sobre essas duas questões. Em outras palavras, são temas que geram interesse também em grupos sociais sem pertença ao cristianismo ou a outra religião.

Há diversas razões para esse interesse. Eu quero expô-las aqui com mais detalhes porque elas podem nos ajudar a entender quais são os grandes desafios e tarefas para o cristianismo hoje, num mundo em que os valores estão se modificando profundamente.

O Papa e a Igreja pobre para os pobres

O primeiro ponto que chamou a atenção da sociedade coreana foi o pedido do Papa à Igreja Católica coreana para que fosse uma Igreja pobre para os pobres. A Coreia do Sul é um país no qual, como em quase todas as partes do mundo, o sucesso financeiro é muito importante. O valor e a importância da vida humana e de qualquer empreendimento são medidos pelo sucesso alcançado. As pessoas poderosas ou bem-sucedidas sentem-se mais valorizadas do que as que não venceram ou fracassaram, do que as que estão abaixo na escala hierárquica. Por isso, vencer é mais do que vencer uma competição ou concorrência na sociedade, é afirmar o seu valor como pessoa, como ser humano. Por outro lado, tratar com reverência os superiores é reconhecer neles um valor ou um prestígio comprovado na sua posição de "autoridade".

Essa visão das relações humanas e do valor das pessoas vem fazendo parte da história humana desde muito tempo atrás. O que muda nas diferentes civilizações é o critério – por exemplo, ter mais poder religioso ou econômico – e o modo de expressar e justificar essa reverência. No capitalismo, o critério último de valoração é o sucesso econômico ou a quantidade de dinheiro que a pessoa possui e ostenta. E como a cultura dominante na sociedade penetra todos os campos da vida social, até mesmo o campo religioso, é normal que as religiões e Igrejas queiram mostrar-se valorosas por meio da exposição pública ou da ostentação de riquezas. Daí a construção de grandes e vistosos templos e sedes de instituições religiosas. Também as autoridades dessas religiões ou Igrejas, mesmo

que inconscientemente, tendem a reproduzir essa cultura com estilos de vida que, se não chegam a igualar o da elite econômica, estão bem acima da média da população. É a demonstração visível da autoridade, do prestígio e do valor dessas pessoas.

Enquanto todas as autoridades ou lideranças do país – no campo político, econômico, social ou religioso – vivem essa lógica, não há estranhamento nem crítica. Essa lógica social é vista como natural e recebe justificação quase absoluta, inquestionável. Quando nenhuma alternativa é conhecida, o vigente é visto como natural ou vontade divina.

Aqui é que entra o modo de ser e agir do Papa Francisco. Entre diversos comentários e análises que li na imprensa coreana sobre a visita do Papa, um me chamou muito a atenção. Uma professora de psicologia da Universidade Nacional de Seul, a mais importante do país, escreveu que o mais significativo da visita foi o testemunho de um modo diferente de ser autoridade. Uma autoridade mundial que vive de modo simples – o gesto de sempre pedir um carro simples para suas locomoções é uma dessas marcas – e que se aproxima espontaneamente, quebrando protocolos e medidas de segurança, das pessoas simples que estão sofrendo. Ela concluiu dizendo que, na Coreia do Sul, não se vê autoridade desse tipo em nenhum campo da vida social ou instituição. Com certeza, ela estava se referindo também aos líderes das Igrejas cristãs, especialmente da Igreja Católica, que vivem como autoridades, segundo os padrões vigentes.

Já é notório o fato de que o Papa Francisco costuma chamar a atenção das autoridades eclesiais católicas para que vivam de modo mais

simples, mais pobre. E isso não tem a ver somente com questões morais. É muito mais profundo e essencial do que moralismo. Quando autoridades das Igrejas cristãs reproduzem – repito, mesmo que inconscientemente – a lógica da sociedade que considera mais valiosa uma pessoa de sucesso ou autoridade, merecedora da reverência de quem está na escala inferior, elas acabam por legitimar a cultura dominante. Com seu estilo de vida, afirmam que o valor de uma pessoa pode ser comparado, medido e hierarquizado em relação ao de outra de acordo com o princípio de classificação da sociedade – em nosso caso, o sucesso econômico. O que é grande erro.

Os seres humanos não têm valor, isto é, não podem ser comparados, medidos e, portanto, vendidos ou trocados dentro do sistema social. O ser humano não tem valor, tem dignidade. E a dignidade humana é algo que não pode ser comparado e medido; é igual em todas as pessoas. A dignidade humana é uma característica que nos vem de Deus, antes de qualquer classificação social ou religiosa. Em termos de linguagem não religiosa, podemos dizer que a dignidade é intrínseca à essência ou à natureza humana.

No interior de um sistema social ou instituição, é claro que a hierarquia de funções é necessária, pois há funções mais importantes que outras para se atingir o objetivo do sistema ou instituição. Senão, o sistema não funciona. Porém, não se pode confundir a dignidade humana com o lugar ou função social de uma pessoa. É isso que acontece em todos os sistemas opressivos: reduz-se o ser humano a sua função social; assim, o senhor da terra é

mais visto como “gente” do que o camponês pobre; um rico, mais do que o pobre. Pior é quando as Igrejas reproduzem essa lógica e pensam que a autoridade da Igreja é mais “cristã” ou mais amada por Deus do que um simples fiel.

Essa diferença entre a dignidade fundamental de todo ser humano e a hierarquização dos valores da função ou lugar social que cada indivíduo ocupa dentro de um sistema social só aparece mais claramente, quando há pessoas que, mesmo sendo autoridades, tratam outras pessoas, especialmente as mais simples e subalternas, com respeito e como iguais na dignidade; por isso, não exigem reverência no encontro, só respeito mútuo.

Foi esse testemunho do Papa que marcou tanto essa professora coreana, que, pelo texto, me deu a impressão de não ser cristã. Foi como uma luz que iluminou as trevas e mostrou que a forma como a sociedade trata as pessoas não é natural, muito menos uma vontade divina ou algo inquestionável. Essa luz revela que é possível vivermos de outro modo.

Opção pelos pobres

Na expressão “Igreja pobre para os pobres”, a primeira parte, “Igreja pobre”, é diretamente dirigida à Igreja e ao seu modo de ser e viver. É um chamado para a transformação ou para a manutenção da vida pobre ou simples que já vive. A segunda parte, “para os pobres”, é uma consequência da primeira e expressa de modo claro a prioridade que a Igreja deve ter na sua relação com os mais diversos grupos da sociedade e com a sociedade como um todo. Isto é, por meio da vida simples, a Igreja

deve testemunhar valores distintos e contraditórios com os da cultura dominante, e esse testemunho se torna público e profético quando trabalha com os pobres para que eles próprios possam resgatar em si o senso de dignidade. Ao fazer isso, os cristãos mostram à sociedade que reduzir os pobres, os fracassados, a seres de segunda categoria é uma injustiça que ofende a humanidade e Deus.

Em outras palavras, para mostrar que, diante de Deus, todos são iguais na sua dignidade, que não há distinção entre rico e pobre, homem e mulher, livre e escravo, gregos e judeus (cf. Gl 3,28), é preciso assumir o lado dos que estão sendo tratados com inferioridade pela sociedade, como pessoas de segunda categoria. Essa é a única forma de mostrar ao mundo a dignidade fundamental de todas as pessoas. Nos documentos da Igreja Católica e em muitas obras de teologia, isso foi chamado de “opção pelos pobres”.

O fundamento teológico último da opção pelos pobres é que o Deus de Israel e de Jesus optou pelos pobres. Isso aparece em toda a Bíblia, começando pelo chamado de Moisés na experiência da sarça ardente, quando Deus diz que viu o sofrimento e ouviu o clamor do povo escravizado e desceu para libertá-los (cf. Ex 3), passando pela tradição profética e chegando a Jesus, que se diz chamado a proclamar a Boa-Nova do Reino de Deus para os pobres (cf. Lc 4). Porém, o fato de dizer que é uma opção de Deus não quer dizer que é aleatória, como se não pudesse ser justificada pela razão humana. Não há contradição entre essa opção pessoal de Deus e a razão humana.

Para evitar qualquer mal-entendido, quero deixar claro que a opção pelos pobres que a Igreja faz,

ou o chamado do Papa para uma Igreja pobre para os pobres, tem fundamento último na fé em Deus, que opta pelos pobres. Essa opção da Igreja e dos cristãos que a assumem não se funda em uma teoria social ou filosófica, mas sim na fé bíblica. Porém, essa opção pode ser explicada, justificada e entendida em termos da razão humana. Após a descoberta pela revelação da dignidade fundamental de todas as pessoas, contra as razões dos sistemas opressivos que a negavam, é possível explicar essa verdade em termos humanos. Somente assim as pessoas que não compartilham a fé bíblica também podem entender e assumir essa verdade que liberta. A adesão a uma religião não é pré-condição para conhecer a verdade que a fé revela.

A opção pelos pobres se justifica mesmo sem a fé religiosa, uma vez que se descobre a noção da dignidade fundamental de todas as pessoas. Numa situação em que essa dignidade é negada, com a redução do ser humano a um simples instrumento ou a um meio para o opressor atingir o seu fim, a única forma de defender a dignidade de todos é tomar partido daquele que está sendo oprimido. A neutralidade nessa situação é ser conivente com a negação da dignidade.

Em termos sociais, a opção pelos pobres significa assumir a luta por justiça social, o que implica discutir qual é a injustiça social predominante hoje. Sem dúvida, a grande injustiça social hoje são a exclusão social e a profunda desigualdade social que marcam a globalização. Para se ter uma ideia dessa desigualdade, em 2015, as 62 pessoas mais ricas do mundo possuíam riqueza equivalente à soma da riqueza da metade mais pobre do mundo, 3,6 bilhões de pessoas. Em 2016, o número baixou –

apenas 8 pessoas detinham esse mesmo montante. No Brasil, as 6 pessoas mais ricas possuem o equivalente à soma da metade mais pobre, 100 milhões de pessoas. E 1% da população mundial é mais rico que os 99% restantes. Segundo estudiosos do assunto, essa é a maior desigualdade na história da humanidade. Nem no tempo do Império Romano a situação chegou a esse ponto.

Diante de uma concentração de riqueza e renda dessa magnitude, que só pode levar, no outro lado, à pobreza e à exclusão social de muitos, é preciso resgatar a discussão sobre justiça social ou sociedade justa. Galbraith, um importante economista norte-americano do século XX, diz que, “na sociedade justa, ninguém pode ser deixado de fora, sem renda – ser condenado à inanição, à falta de teto, de assistência médica ou privações semelhantes. Todos os que a economia marginalizou têm direito a um mínimo vital, pois têm direito de viver de modo digno de acordo com o nível de civilização atingido na sociedade” (GALBRAITH, 1996, p. 30). O fundamento da noção de justiça social – é importante apontar – é a noção de dignidade de todos os seres humanos e seu direito a uma vida digna.

José Comblin liga diretamente essa noção de justiça social com a opção pelos pobres. Para ele, “a opção pelos pobres não pode ser apenas sinal distintivo dos cristãos: é um apelo para a humanidade toda. O problema da pobreza não é apenas oportunidade para que as Igrejas se achem melhores do que o resto da humanidade. A opção pelos pobres é uma necessidade e uma exigência de justiça em todos os povos. Não há nenhum que seja

isento desse pecado contra a justiça” (COMBLIN, 2000, p. 151).

A dignidade humana de todas as pessoas, anterior à classificação social da sua função ou lugar no sistema capitalista, é o fundamento para os direitos básicos de todos, conhecido também como direitos humanos, e para a necessária ação da sociedade para que se realize a justiça social. Essas ideias todas estão sintetizadas nessa expressão do Papa Francisco, Igreja pobre para os pobres.

Contudo, essas ideias não são as dominantes hoje, nem são aceitas com tranquilidade como valores a serem realizados. Elas estão em contradição com o que ocorre no mundo e também em muitas das Igrejas e religiões. Foi por isso que os jornalistas coreanos ficaram tão interessados em discutir esse tema a partir da visita do Papa. Na verdade, vivemos uma situação bem pior: há um processo de negação, ou até mesmo dissolução da noção e do valor da justiça social. Hoje, com a hegemonia da cultura neoliberal, a noção de justiça de mercado sobrepujou e deslegitimou a noção de justiça social.

Quem não acompanha de perto essas discussões pode não ter percebido, mas, hoje em dia, pouco ou quase nada se fala de justiça social, não somente em grandes meios de comunicação, mas também no campo da política e da vida social. Apenas em alguns setores das Igrejas cristãs e grupos que atuam em projetos de solidariedade fala-se da justiça social e do pagamento da “dívida social” como forma de reparar as injustiças sociais cometidas contra os pobres e outros grupos excluídos da sociedade. O tema da justiça social aparece de forma implícita na discussão sobre políticas e pro-

gramas sociais do Estado. E o tom predominante nos meios de comunicação é de crítica a esses programas em nome de sua ineficiência e por conta da contrapartida necessária para o seu financiamento: os impostos.

Porém, o que está em jogo hoje é muito mais do que programas sociais. É a própria noção do papel do Estado na sociedade e a dos direitos humanos. Os Estados de bem-estar social, os que atuavam ou ainda atuam para diminuir problemas sociais criados pela lógica do mercado – que é excludente por sua própria natureza de concorrência –, são justificados pelo conceito de direito de todos os seres humanos a ter uma vida digna. Quando se luta contra esse Estado de bem-estar social, o que se afirma é que os seres humanos não têm esse direito, por isso não se deve intervir nos resultados sociais produzidos pelo mercado. Em outras palavras, uma vez que grande parte dos problemas sociais é fruto da lógica de exclusão e concentração de riqueza do mercado, todas as políticas do Estado ou ações coletivas da sociedade para solucionar esses problemas envolvem a intervenção nos mecanismos do mercado, via políticas econômicas e sociais direcionadoras, reguladoras e/ou limitadoras da lógica do mercado.

Os defensores do mercado livre lutam exatamente contra esses tipos de intervenções na economia. O ideal utópico do neoliberalismo é um mercado que seja totalmente livre das intervenções e limitações da parte do Estado e da sociedade. Para eles, quem tem direito não são todos os seres humanos, nem todos os cidadãos, mas os que têm capacidade de realizar seus direitos através da relação de compra e venda, isto é, os consumidores

que podem pagar no mercado. Os direitos fundamentais dos seres humanos não nasceriam da dignidade humana, mas sim do contrato de compra e venda no mercado.

Juntamente com a crítica à noção de justiça social está a crítica à noção de direitos humanos fundamentais de todos os seres humanos. Essa é a grande novidade “espiritual” e cultural do nosso tempo. É verdade que vivemos no sistema capitalista há uns cinquenta anos, quando começaram as primeiras grandes discussões sobre a opção pelos pobres (por exemplo, a Conferência do CELAM em Medellín e o início da Teologia da Libertação e a Teologia da Missão Integral, na América Latina, e a Teologia *Minjung*, na Coreia do Sul) e o engajamento de setores das Igrejas cristãs e de outras religiões (por exemplo, “budismo engajado”) na luta pela justiça social. Entretanto, o capitalismo mudou, não somente por causa da globalização e das grandes revoluções tecnológicas, mas pelo novo espírito que o move e pelos novos valores fundamentais.

Na cosmovisão e na antropologia neoliberal, desaparecem a noção de dignidade fundamental de todas as pessoas e a noção de justiça social e de sociedade justa. Para a cultura neoliberal, não há direito ou justiça fora do mercado livre. Mais do que isso, o ser humano se realiza como ser humano livre somente dentro de e através do mercado livre. É um mundo em que os pobres, os que foram excluídos do mercado, não têm direito a viver com dignidade.

Em um mundo assim, a proposta de uma Igreja pobre para os pobres é realmente estranha e questionadora, especialmente vindo de alguém como o

Papa, que, segundo a visão moderna da religião, não deveria tratar das questões econômicas e materiais, mas das questões ditas espirituais.

Idolatria do dinheiro

Dom Helder Câmara costumava dizer: “quando dou comida aos pobres, chamam-me de santo; quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista”. Ainda em muitos lugares isso acontece com outras pessoas. Uma opção pelos pobres que fica somente na ajuda aos pobres, sem fazer perguntas acerca das razões dessa pobreza massiva em um mundo de riqueza, é uma opção que não provoca conflitos ou contradições, uma opção que não realiza o seu papel profético. Para mudar essa realidade profundamente desumana, é preciso questionar as razões de tamanha desigualdade social e profunda injustiça social.

Nessa última afirmação, é preciso distinguir os dois termos: *desigualdade* social e *injustiça* social. A primeira é uma simples constatação quantitativa que não implica necessariamente a segunda, que é um juízo ético. Teoricamente, uma profunda desigualdade pode ser justa ou eticamente indiferente. Por isso, não basta constatar a desigualdade e a pobreza, é preciso perguntar, em primeiro lugar, como essa realidade é percebida pela sociedade e depois entrar na reflexão ética, se for aplicável. Por que alguns não se incomodam, são indiferentes a essa desigualdade social, como se isso fosse natural e justo, enquanto outros a criticam como injustiça? A diferença fundamental não está nos olhos que veem a realidade, mas nos critérios com que interpretam a realidade.